

Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira

Nanci Rita Ferreira Vieira*

Luciano Santos Neiva**

RESUMO:

Tomando por base o pensamento de alguns teóricos sobre o Brasil, do final do século XIX até o século XX – Machado de Assis, José Veríssimo, Antônio Cândido, Roberto Ventura e Dante Moreira – bem como escritores e artistas dos referidos períodos – Gonçalves de Magalhães e José de Alencar (Século XIX); Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral (século XX) – este ensaio visa a refletir sobre a construção do ideal de nação, enquanto uma comunidade imaginada, pautada na invenção de tradições no Romantismo brasileiro e na consolidação do nacionalismo autônomo na primeira geração modernista no Brasil.

Palavras-chave: Nacionalismo. Formação histórico-literária brasileira.

Nacionalismo, a invenção das tradições e as comunidades imaginadas



Figura 1: *La Marienne*

Fonte: <http://www.louvre.fr/oeuvre-notices/le-28-juillet-la-liberte-guidant-le-peuple>

A célebre pintura “A Liberdade guiando o povo” (Fig. 1) de Delacroix, que retrata uma mulher, *Marienne*, usando um barrete frígio em meio ao caos da guerra e da conquista, procura encarnar o triunfo da República Francesa, depois de sua revolução burguesa, e representa a permanência dos valores da república - *Liberté, Egalité et Fraternité* - e dos cidadãos franceses. *Marienne* é, pois, a representação simbólica da mãe pátria, simultaneamente enérgica, guerreira, pacífica, protetora e maternal. A alusão a esta pintura permite-nos observar que o nacionalismo tanto postula a partilha de uma identidade coletiva, como também estabelece certas verdades e comportamentos em relação

aos povos que não pertencem à mesma nação. Até certo ponto, o nacionalismo burguês se volta para o âmbito das diferenças para hierarquizar os povos e construir uma visão positiva de seu povo.

Com a Revolução Francesa de 1789, o sentimento nacionalista passou a ser percebido com mais clareza. A partir das lutas contra as imposições do absolutismo, o mais importante desdobramento, no século XIX, foi a formulação de um discurso amplo contra os privilégios de um grupo em detrimento da maioria. Assim sendo, a vontade do povo enaltecia o ideal nacionalista burguês, mesmo havendo conflitos de interesses entre a burguesia e as camadas populares. Não obstante, o sentimento nacionalista se fortaleceu como forma de mobilização nos movimentos antimonárquicos que se desenvolveram na Europa do século XIX. Tal sentimento contribuiu significativamente com o imperialismo, que se ancorava na ideia de superioridade e desenvolvimento das nações civilizadas como justificativa necessária ao domínio e intervenção em outras regiões do mundo, em situação de “atraso” e “incivilidade”.

Assim sendo, o nacionalismo se estabeleceu, com a pretensa formação homogênea de um povo, a partir da instalação de tradições, desenvolvendo um conjunto de rituais e símbolos, os quais se tornam legitimadores de condutas e práticas. Neste contexto, a invenção das tradições é vista como uma estratégia de construção discursiva (e desencadeadora de outras relações). Este discurso presume que a sobrevivência da tradição nos ajuda a contrapor nossa subjetividade à racionalidade cega e objetiva, contribuindo para a crítica racional a um mundo desencantado com sua própria realidade. Impera, assim, a força das tradições em meio a grupos, sociedades, civilizações.

Citando Hobsbawm,

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

A título de ilustração, podemos perceber esse intento de invenção de tradições na própria formação literária brasileira, quando muitos dos escritores românticos buscavam construir o Brasil, enquanto nação, trazendo à cena os traços locais. José de Alencar, por exemplo, procura estabelecer essa tradição inventada, realçando em suas obras traços indianistas, a exaltação do passado lendário, a idealização da natureza, o sertanismo, o regionalismo, a descrição dos costumes urbanos, a língua portuguesa abasileirada, numa espécie de painel da vida brasileira. Em seus prefácios, pós-escritos, cartas, e na própria biografia, vemos um projeto de literatura nacional abrangente, motivada por um inabalável ardor patriótico, como confessa o escritor, “em cerca de quarenta volumes de minha lavra ainda não produzi uma página inspirada por outra musa que não seja o amor e admiração deste nosso Brasil” (ALENCAR, 1960, p. 1024). Em *Iracema*, Alencar (1982) nos dá a inscrição dessa admiração:

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba;
Verdes mares que brilhais como líquida esmeralda aos raios do Sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros. [...]
Um jovem guerreiro cuja tez branca não cora o sangue americano; uma criança e um rafeiro que viram a luz no berço das florestas, e brincam irmãos, filhos ambos da mesma terra selvagem.
A lufada intermitente traz da praia um eco vibrante, que ressoa entre o marulho das vagas:

— Iracema!...

O moço guerreiro, encostado ao mastro, leva os olhos presos na sombra fugitiva da terra; a espaços o olhar empanado por tênue lágrima cai sobre o jirau, onde folgam as duas inocentes criaturas, companheiras de seu infortúnio.

Nesse momento o lábio arranca d'alma um agro sorriso.

Que deixara ele na terra do exílio? (ALENCAR, 1982, p.3)

Aqui está clara a exaltação da natureza e a exaltação do sangue guerreiro do conquistador português, em contato com os inocentes ameríndios, numa espécie de amálgama cultural, que nos traduziria, enquanto povo. Retomando Hobsbawm, a tradição inventada tem por função: “dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história” (HOBSBAWM, 1997, p. 10). No caso de *Iracema*, a continuidade histórica reside na legitimação do sacrifício português, na terra do exílio, de civilizar a terra selvagem. Ainda em Hobsbawm (1997), vemos três categorias de “tradições inventadas” sobrepostas: a primeira tenta demonstrar a coesão social de um determinado agrupamento social ou comunidade; a segunda tem por finalidade legitimar instituições e/ou figuras públicas dando-lhes status social e/ou econômico; a terceira categoria diz respeito à socialização, imposição de ideias, valores ou imposições de determinados comportamentos. Alencar (1982), em *Iracema*, nos fornece o pano de fundo dessa coesão social, ao aplinar as relações entre o índio e o português, sob a ótica dos favores do colonizador à terra colonizada, pelo viés da conquista econômica e da imposição dos comportamentos civilizados da metrópole em relação à colônia.

Não podemos negar, nesse processo, a herança da tradição portuguesa na formação de um ideal de nação brasileira. A manutenção do *status quo* está diretamente vinculada a esta herança. Aqui, guardadas as devidas considerações sobre esse ideal de nação, podemos usar, como reforço ao nosso raciocínio, as idéias de Benedict Andersen (2008) em *Comunidades Imaginadas* ao fornecer um fundo histórico para o emergente nacionalismo e seu desenvolvimento, evolução, e recepção. Dentro dessa discussão do surgimento do nacionalismo, não enquanto resultado da transformação histórica europeia, mas sim enquanto contribuição original dos países colonizados e asiáticos, rompendo assim com as interpretações “eurocêntricas” nos estudos das nações, Andersen (2008) cunha o conceito de comunidades imaginadas, que nos interessa mais de perto, definindo a nação como “[...] uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSEN, 2008, p. 32). Essa estrutura horizontal é realçada pelo desenvolvimento de uma ideia de que os fatos, ainda que ocorridos em locais diferentes, podem ligar as pessoas que neles estão envolvidas, criando assim uma consciência de compartilhamento. Esse fio condutor permite a formação de comunidades imaginadas que reforçam a construção discursiva da invenção de tradições, “um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”, nas palavras de Hobsbawm (HOBSBAWM, 1997, p.12).

No nacionalismo emergente do Brasil, no século XIX, vemos essa inscrição horizontal. Em *O guarani*, por exemplo, José de Alencar (1982) reforça a condição de selvagem do indígena ante a civilidade do homem branco, esta como um ideal a ser alcançado pelos primitivos povos da terra *brasilis*, como vemos no trecho abaixo:

Peri compreendeu perfeitamente o que se passava, e seguiu seu caminho pensando que os colonos já deviam àquela hora estar fora do alcance dos selvagens.

Era isto o que o índio tinha visto; o que ele ignorava, o acontecimento do banho lhe revelara claramente.

Os selvagens haviam encontrado o corpo de sua filha, e reconhecido o sinal da bala; por muito tempo procuraram debalde as pisadas dos caçadores, até que no dia seguinte a cavalgata que passava serviu-lhes de guia.

Toda a noite rondaram em torno da habitação, e nessa manhã vendo sair as duas moças, resolveram vingar-se com a aplicação dessa lei de talião que era o único princípio de direito e justiça que reconheciam.

Tinham morto sua filha, era justo que matassem também a filha do seu inimigo; vida por vida, lágrima por lágrima, desgraça por desgraça (ALENCAR, 1982, p. 58-59).

Era como se os índios, ali descritos, estivessem limitados a um princípio de direito e justiça inferior ao do português, que dispunham de todas as outras condições almeçadas, construídas historicamente, portanto, legitimadas e prontas a serem repassadas de forma modelar pelos colonos. Essas comunidades imaginadas, cujas práticas rituais e linguagens asseguram a continuidade, se circunscrevem como elementos de dominação, numa noção de território como espaço de conquistas, como se fosse uma protoforma. Insistir numa protoforma é privilegiar um projeto da modernidade que insiste na ideia de origem da nação, que, segundo Andersen, se constitui numa noção “construída” como algo político, não se levando em conta o processo, já que se prende a preceitos essencialistas e desconsidera outras historicidades e etnografias distanciadas do centro. Isso é o que Bhabha chama de disseminação: “As contra-narrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras - tanto reais quanto conceituais - perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais ‘comunidades imaginadas’ recebem identidades essencialistas” [...] (BHABHA, 2003, p. 211). Esse essencialismo identitário encontrou guarida na literatura nacionalista dos oitocentos brasileiros, na formação da nação brasileira.

Século XIX: o ideal da nação que se constrói

O século XIX representou para o Brasil um período de grandes transformações econômicas e sociais. Baseado nos ideais burgueses de ordem e progresso, outros símbolos e construtos seriam necessários à concretização desse ideal de nação. Assim sendo, a formação dos romances românticos brasileiros esteve alinhada à construção de uma história patriótica brasileira. Os projetos de construção de nação, aliados aos sonhos de prosperidade nacional, contribuíram para definir a história oficial que os engendrou. Desta forma, romance e nação e, *a posteriori*, romance e república estiveram interligados na implementação das ficções de fundação do Brasil. Por meio de autores, com seus romances nacionais, trazendo à cena a cor local e fazendo da mestiçagem o elemento cultural que nos conformava, a prática literária brasileira da segunda metade do século XIX buscou preencher uma lacuna histórica da dominação portuguesa no Brasil colonial, dando legitimidade à nação emergente e direcionando aquela história para um futuro ideal. Tudo isso nos faz crer que essa geração de escritores supunha que a literatura tivesse a capacidade de intervir na História (maiúscula e oficial), de ajudar a construí-la.

Neste sentido, considerando que a literatura, a imprensa escrita, a filosofia e a crítica nos trazem um recorte dessa realidade, é possível, então, delinear, a partir do pensamento de grandes pensadores sobre o Brasil, em suas respectivas análises e histórias da literatura brasileira, no século XIX e início do século XX, um ideal de nação que se pretendia a um país livre, recém-formado, cujas referências principais foram a metrópole portuguesa, em sua política colonialista e apagadora de outras matrizes identitárias, a partir da supressão linguística, da exploração comercial, da escravidão e do genocídio em mais de trezentos anos de dominação unilateral. Ou seja, a tarefa de escrever o Brasil se mostrava

urgente, fato que se deu com a escritura compensatória, a partir dos espaços vazios da natureza demográfica e discursiva da nação emergente.

Propomos aqui, antes de quaisquer considerações, uma leitura histórica, pautada numa relação de duplicidade que concilia a consciência do passado e a contemporaneidade do leitor, de algumas importantes obras da literatura e da crítica literária, como bem propôs João Alexandre Barbosa em sua *Introdução* à obra de José Veríssimo. Segundo Barbosa, essa relação reside na compreensão dos limites e possibilidades da época de escritura de uma obra e na contemporaneidade do leitor, que “exige do texto uma resistência capaz de suportar uma releitura”, evitando, assim, “o anacronismo da imposição de modelos de leitura cegos” e a “posição emoliente” de considerar o texto numa perspectiva meramente “arqueológica” (BARBOSA, 1977, p. ix), restrita ao passado, sem qualquer importância para a contemporaneidade. Para isto, com Bosi, queremos enlevar as relações de descontinuidade que existem dentro do sistema literário, enfatizando não somente os reflexos mútuos entre literatura e sociedade, mas, sobretudo os aspectos que “contradizem as convenções dominantes do seu tempo”, já que os “escritos de ficção, objetos por excelência de uma história da literatura, são individuações descontínuas do processo cultural” (BOSI, 2002, p. 9).

Atemo-nos aqui, inicialmente, ao cunho ideológico de algumas produções como *Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade* de Machado de Assis, e *Estudos brasileiros* de José Veríssimo, com vista à formulação do *status quo* da Nação, num contexto reconhecidamente nacionalista, no final do séc. XIX. Machado, Romero, Veríssimo e escritores como José de Alencar, Gonçalves de Magalhães, ao construir um imaginário nacional, promovem uma leitura sociológica do Brasil, que servirá de base a outros críticos, como Antônio Cândido, durante o século XX, e aos escritores/artistas modernistas como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, no início do referido século.

Já no início de seu texto *Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade*, originalmente publicado em 1873, Machado de Assis demonstra a busca pela construção desse ideal. O que Machado chama aqui de instinto representa uma das possíveis situações de leitura, que ocorreria na época do Romantismo, aqui no Brasil. De tais situações, podemos depreender um processo maior de inserção histórica do Brasil enquanto nação, a partir do desenho do nosso leitorado, em que padrões de produção e recepção do texto literário se estabelecem, a partir de uma geografia intelectual local, no dizer do próprio Machado, “dando fisionomia própria ao pensamento nacional”. Refletindo sobre a independência literária, Machado estava antenado com o projeto romântico de construção da identidade nacional, cuja marca estava diretamente relacionada a “vestir-se com as cores do país”. Desta forma, a conquista da autonomia literária não se encerraria no projeto romântico, mas passaria de geração à geração, criando, assim, uma continuidade da tradição. Esse sentimento imperioso de “independência” literária, manifestado pelos intelectuais românticos, sobretudo numa literatura nascente, funcionou como uma espécie de compensação da nossa condição de dependência dos modelos culturais eurocêntricos que enformavam os valores locais.

Essa tradição literária já fora defendida por Gonçalves de Magalhães em 1836, quando este, em ensaio, apresentou um novo aspecto da literatura brasileira: a ideia de Pátria, em que tudo se fazia por ela e em nome dela, “com todas as criações necessárias a uma nova nação”. Tal aspecto, trazido no bojo do romantismo europeu, voltado ao capitalismo (tanto em resposta, quanto voltado para ele), vai dar o tom ao ideário nacionalista do Segundo Reinado, com a exaltação descritiva da paisagem, uma literatura, nas palavras de Magalhães, “climatizada no Brasil” (MAGALHÃES, 1980, p. 31). Em prefácio a sua obra *Sonhos d’Ouro*, José de Alencar também vai expressar a literatura brasileira, enquanto projeto, como “alma da pátria”, a partir de uma “raça ilustre”, impregnada da “seiva americana”,

enriquecida com o “contato de outros povos” e “ao influxo da civilização” (ALENCAR, 1982, p. 132). A literatura dos trópicos se daria, tanto na ideia de Magalhães, quanto no projeto alencariano, por imitação da já amadurecida literatura europeia, uma espécie de “amálgama indigesto”, citando Alencar, que resultaria mais tarde numa “individualidade robusta”, ou no amadurecimento de “povos não-feitos” (ALENCAR, 1982, p. 133).

Do encontro histórico entre brancos e índios, na obra de Alencar, resultaria o retrato do Brasil, desde o início da conquista, até o período colonial e chegando ao presente. Este momento de fundação da história literária brasileira é marcado por elementos indiscutivelmente locais, numa clara tentativa de inserção de uma tradição autóctone legitimadora. Não em vão, a inserção de índios como protagonistas da nação ao lado de portugueses que “escolheram” dar as costas para a Europa, unindo-se aos nativos, como forma de proclamar a independência do Velho Mundo. Neste sentido, o nacionalismo literário do século XIX, apesar de reivindicar originalidade e autonomia, apresentava sempre um componente eurocêntrico no seu processo de formação, a exemplo da ideologia civilizatória, das teorias climáticas e raciais, além da abordagem etnocêntrica das culturas populares.

Em *Estudos brasileiros*, José Veríssimo, a partir da análise acurada da tradição e do modelo herdado de outras literaturas já consolidadas no mundo ocidental como a de Portugal e França, vai revelar todas as vicissitudes pelas quais haveria de passar a literatura emergente brasileira. Buscando equilíbrio e ordem, *Estudos Brasileiros* se constituem uma “tentativa de síntese da evolução literária no Brasil até a data de sua realização, com ênfase no processo de formação e diferenciação de nossa literatura”, dada a “escassa originalidade de nossa produção literária” por causa de uma alegada “inconsciência dos escritores brasileiros no que se refere à missão social das letras”, que segundo Veríssimo, estaria relacionada com os “destinos da nacionalidade”. Desta forma, faltava à literatura brasileira o “esforço em erguê-la a partir dos estudos etnológicos, históricos e linguísticos, através dos quais se pudesse apreender a essência do tipo brasileiro”.

Antenado com a ideia romântica de o escritor ser o porta-voz de um povo, país ou cultura, Veríssimo reafirma a nacionalidade como valor central de sua obra, não se limitando, porém, a uma perspectiva apenas literária, já que a escrita teria implicações na educação, na cultura e na consecução de um projeto republicano e liberal de modernização do país. O cunho nacionalista de *Estudos Brasileiros* reside justamente em rastrear, nas obras de poetas e ficcionistas brasileiros, o sentimento de brasilidade, tradutor da Nação. De forma geral, Veríssimo fez do racionalismo lógico a força capital de sua obra, partindo da premissa de que “criticar é compreender”. Na sua acepção, a crítica literária se vê um pouco como na história: o livro, o “fato literário” em si, precisa ser alcançado em todas as suas implicações menos aparentes de ordem filosófica, estética ou social, para bem situá-lo como razão de ser da literatura.

Século XX: a nação que se solidifica e se dilui

No início do século XX, os escritores e artistas brasileiros, autointitulados vanguardistas e responsáveis pela *Semana de Arte Moderna* em 1922, cartão de entrada do Brasil na literatura de vanguarda pós-guerra, aos moldes europeus, procuraram ressignificar esse processo de “gestação nacionalística”, disseminado no século XIX, a partir do questionamento à preocupação em mimetizar a realidade objetiva brasileira. Nas primeiras três décadas do século XX, a ideia, disseminada pelos modernistas, de um nacionalismo mais crítico resultaria numa grande comunidade imaginada, cuja soberania estaria diretamente ligada à supressão do elemento português e ao questionamento da arte de elite, formulada segundo padrões rígidos de construção. Como se vê, procurou-se estabelecer

um movimento de ruptura com a tradição, que excluía a cultura popular e restringia a liberdade de expressão, mas não se deixou de acertar o passo da arte brasileira ao que era produzido no continente europeu. Não obstante, a crítica ao academicismo que dominava a literatura oficial, disseminada pela primeira geração de modernistas brasileiros, pressupunha uma certa autonomia em relação à literatura estrangeira, pois a importação de modelos estéticos criados nos grandes centros europeus não se daria mais de forma acrítica.

Nesta perspectiva, em *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924) e *Manifesto Antropófago* (1928), Oswald de Andrade propõe “deglutir” o legado cultural europeu e “digeri-lo” sob a forma de uma arte tipicamente brasileira, “sem meeting cultural” (ANDRADE, 1924), “contra o mundo reversível e as idéias objetivadas. Cadaverizadas” (ANDRADE, 1928). A poesia pau-brasil, aqui considerada como produto de exportação, daria o tom exato do novo na valorização da literatura nacional. O manifesto, a partir da apropriação shakespeariana “*To be, or not to be, that is the question.*”, estabelece a antropofagia como fenômeno social que nos traduz, sem nos conformar. Ao estabelecer um novo marco histórico, sob a ótica autóctone, de 374 anos de deglutição do Bispo Sardinha, Oswald questiona não apenas as formas de dominação portuguesa, como reinsere elementos locais no processo de formação histórica do Brasil, sem a passividade do colonizado, construído sob a ótica da metrópole portuguesa.

Bem representativo desta ideia de “brasilidade modernista”, o quadro *Abaporu* de Tarsila do Amaral retrata uma figura solitária de pés imensos, sentada numa planície verde, o braço dobrado num joelho, a mão sustentando a peso-pena da cabecinha-minúscula. Em frente, um cacto explodindo em uma enorme flor. Ao fundo, o céu azul e o sol, um círculo amarelo, entre a figura e o cacto, de cor esverdeada. Cores que remetem intencionalmente às cores da bandeira brasileira, num novo colorido, representativo de uma nova arte. Alguns elementos como o corpo grande, simbolizando o trabalho braçal, e a cabeça pequena, como uma ilustração de pouco trabalho mental, promovem uma desestabilização na clássica forma de representar e uma crítica à visão da paradisíaca fragilidade dos povos abaixo da linha do Equador. A aparente deformidade sugere o homem plantado na terra: a figura de pés grandes, plantados no chão brasileiro, sugerindo a ideia da terra, do homem nativo, selvagem, antropófago. Essa apropriação, por parte da autora, de elementos considerados incivilizados e primitivos procura ampliar, para além do estabelecido oficialmente, o ideário de nação que se pretendia construir. Como o próprio nome *Abaporu* indica, em sua tradução, do tupi-guarani, homem que come carne humana, a opção de Tarsila esteve alinhada à visão dos demais modernistas de sua geração na construção de uma nacionalidade autônoma e amadurecida.

A partir de tais considerações, seria, então, viável, pensar, com Antônio Cândido, numa formação da literatura brasileira, voltada a uma nacionalidade autônoma que, considerando o seu viés histórico-ideológico, se instaura a partir do Romantismo e se consolida com o Modernismo? Ou, em extensão, poderíamos, com Dante Moreira e Roberto Ventura, questionar as bases deste nacionalismo fundante, com vista à reformulação do *status quo* da Nação, revelando os discursos ideológicos na literatura brasileira, em evidência a partir do Romantismo, nos oitocentos brasileiros?

Formação da Literatura Brasileira (1959), obra de Antônio Cândido, procurou historiar as obras literárias no seu tempo, tendo como ponto de partida o processo formativo sob a ótica dos românticos, já que, segundo o autor, anteriormente havia manifestações esparsas de *artistas nacionais*. Para Cândido, o sistema literário nacional se consolida com a passagem da colônia para a independência, em que o trabalho de formalização estética nasce comprometido com uma postulação política. O autor advoga ser necessária uma esfera literária calcada na tríade autor-obra-público para haver uma formação de um sistema propriamente brasileiro. Esse esquema interpretativo, calcado nas noções de valor e função, ajuda a contrabalançar a relação obra-autor no processo de conformação do campo literário: no Brasil, composto por obras medianas, escritas por autores medianos. Ora, se Cândido

procura estudar as funcionalidades das partes no cumprimento da dinâmica geral, torna-se clara a evocação do sistema como chave de leitura de sua obra, não se descartando uma certa autonomia em relação ao conjunto. Em síntese, *Formação* valoriza a análise formal de cada obra em particular e sua importância para a elaboração do conhecimento.

Partindo, então, desta consolidada visão sistêmica, qual seria o nacionalismo defendido por Cândido? Não nos esqueçamos que o empenho romântico em dotar o Brasil de uma literatura já havia se encerrado e o ideal modernista de emancipação crítico-literária do domínio português já datava de mais de 30 anos quando da publicação de *Formação da Literatura Brasileira*. Antônio Cândido, neste sentido, consegue estabelecer um nacionalismo desenvolvimentista a partir de uma correspondência de propósitos entre o desejo de historiadores e artistas românticos de construir a nação através da literatura e o esforço de seus contemporâneos de afirmar esta nação através do seu desenvolvimento, em cada etapa do novo ciclo modernizante. O processo de modernização, aqui aludido, encontra guarida no aparelhamento do Estado, com a iniciativa de seus governantes, mais à esquerda, de ampla reforma da sociedade brasileira, a partir dos anos 50.

Se é certo afirmar que o sistema literário brasileiro, em seu processo formativo, desencadeado a partir dos ideais nacionalistas do século XIX, se consolida na primeira metade do século XX, a partir de um nacionalismo crítico; não é menos correto observar que, os estudos literários, na segunda metade do século XX (a despeito da ditadura militar, estabelecida no Brasil, por mais de trinta anos, que procurou legitimar-se com a ressignificação do nacionalismo extremista), evidenciaram, com os estudos culturais, a diluição paulatina desse ideal de nação, através da desconstrução dos ideais burgueses de ordem, progresso e liberdade, que pôs em xeque todo esse construto de progresso humano, defendido na modernidade.

Roberto Ventura, em *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 - 1914*, vai refletir sobre a escrita das diversas “histórias da literatura brasileira” (Araújo Jr, José Veríssimo e Sílvio Romero, principalmente), no final do século XIX, a partir da “exuberância do *meio* e das *raças* locais”, com traços bem característicos dos trópicos, como elementos de “criação de novas formas e temas” (VENTURA, 1991, p. 17). O exótico, enquanto característica marcante da literatura nacionalista, perfaria outro percurso, passando da correção do estilo europeu “à tropicalidade, que moldaria o naturalismo a uma sociedade nova, como o Brasil” (VENTURA, 1991, p. 18). Neste ínterim, o processo de modernização burguesa do país esteve atrelado a um processo de atuação do Estado como fator determinante de coesão nacional, a partir da instalação de uma república impopular, construída nos moldes positivistas das nações do mundo dito civilizado e ocidental. No âmbito acadêmico, o historicismo na cultura letrada empenhou-se na tarefa de construir uma história que concretizasse o ideal de nação na cultura e literatura brasileira. Então, seria passível delinear uma literatura e sua respectiva história, autônomas?

Em resposta ao questionamento anterior, por analogia, podemos abarcar a análise proposta por Dante Moreira Leite, ao estudar o aparente caráter nacional brasileiro, como uma das possíveis formas de se encarar o emblemático desafio que se apresenta. Em *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, Leite procura mapear as raízes da formação desse caráter nacional e suas implicações ideológicas na construção de estereótipos sobre o Brasil. Dante vai discutir, inicialmente, de que forma as diferentes formulações do caráter nacional de um país, elaboradas pelas culturas letradas europeias e norte-americanas, vão influenciar os escritos sobre o Brasil. De tais construtos, resultariam as contradições e as fragilidades sobre o caráter nacional brasileiro, a saber: a desvinculação dos aspectos psicológicos de um povo de fatores econômicos, políticos e sociais que neles interferem; a generalização estereotipada de um grupo ou classe, num referido contexto, para designar a nação; o que justificaria, conseqüentemente, mitos como o da superioridade racial. Para Leite, as formulações

do caráter nacional são pseudocientíficas e constituem ideologias conservadoras (ou burguesas) que deformam a realidade, com o claro intuito de fortalecer e manter o *status quo*.

Considerações Finais

A interessante chamada da *Revista Ipotesi*, com vistas a abarcar “estudos de discursos literários com potencial teor propagandístico, de cunho ideológico, com vista à (re)formulação ou manutenção do *status quo* da Nação, num contexto reconhecidamente nacionalista durante os séc. XIX e XX”, nos levaram a refletir sobre o itinerário histórico-ideológico da formação literária no Brasil, a partir dos oitocentos brasileiros. Nesta perspectiva, o *status quo* da Nação maiúscula brasileira foi deliberadamente construído, formando uma comunidade imaginada, ancorada na idealização dos elementos locais, durante o Romantismo, e na valorização desses elementos como forma de expressão da autonomia, durante o Modernismo. Vale ressaltar que o elemento europeu etnocêntrico não deixou de balizar a construção desse ideário, o que por si só já compromete ideologicamente esse construto. Desta forma, a invenção de tradições nacionalistas esteve amparada na emergente formação do Brasil, com suas instituições, especialmente a partir da República.

Assim, acreditamos que, a partir dos anos 1950, os estudos literários, na esteira dos estudos culturais, passam a questionar o caráter nacionalista brasileiro, em que o ideal de nação se dilui, juntamente com as teorias racistas e os determinismos culturais que o conformaram; e escritas, como as de Roberto Ventura e de Dante Moreira, mais preocupadas com o caráter técnico-científico, ressaltando as influências socioeconômicas e culturais, tomam corpo e põem em xeque o nacionalismo, apesar de a história registrar, paradoxalmente, a instalação de uma ditadura militar no Brasil por mais de trinta anos, com claras vistas a reforçar a ideologia nacionalista. Esse dado objetivo, indício de um tempo, com a chamada nova ordem mundial, “num contexto imerso em pós-ismos (pós-nacionalismos, pós-feminismos, pós-colonialismos, entre outros)”, será relido e ressignificado por leitores futuros, que reunirão seus fragmentos em novo texto, girando, mais uma vez, a espiral de leituras.

Nationalist representations in the Brazilian literary historical formation

ABSTRACT:

Based on the thought of the some theoreticians of Brazil, from the late nineteenth to the twentieth century - Machado de Assis, José Veríssimo, Antonio Cândido, Roberto Ventura and Dante Moreira - as well as writers and artists of those periods - Gonçalves de Magalhães and José de Alencar (nineteenth Century); Oswald de Andrade and Tarsila do Amaral (twentieth century) - this essay aims to reflect about the construction of the ideal of the nation as an imagined community, based on the invention of traditions on Brazilian Romanticism and the consolidation of autonomous nationalism in the first generation modernist in Brazil.

Keywords: Nationalism. Brazilian literary historical formation.

Notas explicativas

* Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia.

** Doutorando em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia.

Referências

- ALENCAR, José de. Benção Paterna (Prefácio). In: _____. *Sonhos d'Ouro*. São Paulo: Ática, 1982 (Série Bom Livro - Coleção José de Alencar), p. i-ii.
- _____. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1982 (Série Bom Livro - Coleção José de Alencar).
- _____. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1982 (Série Bom Livro - Coleção José de Alencar).
- _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960, v. 4.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, p. 23-26.
- _____. Manifesto Pau-Brasil. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, p. 21-23.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 336 p.
- BARBOSA, João Alexandre. Introdução. In: _____ (seleção e apresentação). *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária, 1857-1916*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. ix-xxxvii.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, 395 p.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 304 p.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, v1-v2, 800 p.
- DELACROIX, Ferdinand Victor Eugène. *A Liberdade Guiando o Povo*. 1830. 1 original de arte, óleo sobre tela, 260 cm X 325 cm. Museu do Louvre, Paris.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 316 p.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, 360 p.
- MACHADO DE ASSIS. Notícia atual da literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade. In: _____. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994, p. 11-18.
- MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. p. 24-38.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 - 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 207 p.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Brasileiros (1877 - 1885)*. Pará: Tavares Cardoso, 1889.

Recebido em: 15 de outubro de 2013

Aprovado em: 27 de maio de 2014